

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

PEREIRA, Mauro César Rodrigues. Depoimento. In:
MILITARES e política na Nova República/ Organizadores
Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed.
Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 261-292.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=42

MAURO CÉSAR RODRIGUES PEREIRA

NASCEU EM 1935, no Rio de Janeiro. Ingressou em 1953 na Escola Naval, formando-se em 1955. Entre 1969 e 1971, estudou eletrônica nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, serviu no gabinete do chefe do Estado-Maior da Armada, no Rio de Janeiro (1972). Fez o curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval em 1973. Nos anos seguintes, trabalhou na Diretoria de Comunicações e Eletrônica e foi o primeiro diretor do Centro de Análises de Sistemas Navais. No final de 1978, já capitão-de-mar-e-guerra, foi para a Comissão Naval Brasileira na Europa, na Inglaterra. Ao voltar da Europa, em 1981, tornou-se comandante da fragata *Independência*. Em 1983, foi para a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, como subchefe do setor de economia. Promovido a contra-almirante no início de 1984, comandou (até 1986) o Centro de Instruções Almirante Wandenkolk, de onde foi comandar a Comissão Naval de São Paulo. Em seguida, tornou-se comandante da Força de Fragatas (1987/88). Em 1990, foi comandar o 5º Distrito Naval e, em 1992, assumiu o comando do 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro. No final de 1992, foi promovido a almirante-de-esquadra e tornou-se secretário-geral da Marinha. Em meados de 1994, assumiu a chefia do Estado-Maior da Armada. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República, passou a ocupar (em 1-1-1995) o Ministério da Marinha, onde permaneceu até o final de 1998.

Depoimento concedido a Celso Castro e Maria Celina D'Araujo em seis sessões realizadas no Rio de Janeiro entre os dias 2 de março e 6 de abril de 1999.

Qual era a impressão, na Marinha, a respeito do fim do regime militar?

Eu diria que, como a Marinha já via há muito tempo a necessidade desse caminho, foi muito natural. Havia um certo alívio. Desapareceu um pouco aquela sensação de que só os militares tomavam conta das coisas, que eram responsáveis por tudo. Aliás, na Marinha, nós estranhávamos muito esse chavão, extremamente divulgado, da profissionalização dos quartéis. A Marinha nunca saiu dos quartéis; nunca deixou de se profissionalizar. Nosso trabalho sempre foi o de praticar na paz aquilo que se precisa fazer na guerra. Isso veio ao longo dos anos, quando a Marinha teve consciência de que tinha que sair do marasmo em que ficou após o esforço inaudito da II Guerra; que deveria se libertar, não propriamente da tutela, mas da influência americana em termos de pensamento tático e estratégico, o que nos condicionava em matéria de equipamentos.

Quando chegou o governo Sarney, falar em profissionalização, em volta ao quartel, era engraçado. Nossa dedicação à política, a qualquer coisa extra-Marinha, era remota. Tivemos, na época, como ministro, o almirante Sabóia, que se tornou muito amigo do presidente Sarney, e houve muita conversa profícua entre os ministros militares no sentido de se caminhar para o regime democrático, o mais rápido possível.

Qual era o perfil do almirante Sabóia?

O nosso leque de escolha no topo não é tão grande assim: são só seis almirantes-de-esquadra e, entre os seis, que geralmente são bons, ele era um dos que mais tinham fama de ser sério, competente. Mas ainda houve uma certa disputa política com seu colega de turma, José Maria do Amaral, um pouco mais chegado à área política. Inclusive, mais tarde, ficou viúvo e casou-se com a sobrinha do Ulysses Guimarães. Era mais enturmado com o pessoal político. O almirante Sabóia, não. Foi a última vez que vi na Marinha alguma manifestação de grupos.

No Exército ficou o general Leonidas, que, para muitos, teria o papel de evitar revanchismos. Em relação à Marinha, havia essa preocupação?

Pelo que conheço, pelo que senti naquela ocasião, não havia muita preocupação com isso. Entre outras coisas, porque todos aqueles que estavam no comando eram pessoas que tinham liderança e agiriam corretamente em qualquer situação. Havia obviamente a tentativa de evitar que houvesse uma revanche contra quem era militar no regime anterior; mas cuidadosa, cautelosa. Afinal de contas, somos pessoas sensatas e trataríamos aquilo com naturalidade. Agora, apanhamos um bocado. Porque tem muita gente que ainda deseja que o país vá à revanche.

Com relação à Marinha?

Com relação a qualquer militar. Não interessa que sejam absolutamente diferentes. Eu sempre disse: a única questão que une os militares é serem pessoas que, conscientemente, aceitaram ser pedaços de armas para defender a pátria. E, por isso, têm que estar psicologicamente preparados para agir nesse sentido. A partir daí, é tudo muito diferente.

Revanchismo é uma palavra que muitos militares usam. Quando se fala em revanchismo, qual é a imagem que vem à sua mente?

Revanchismo não é botar todo o mundo no paredão. É tratar antinaturalmente tudo o que é militar. Um estigma — uma “praga nas costas”. Achar que o militar, de saída, é sujo, pensa mal, tem má intenção, está querendo fazer alguma coisa que é contra os outros, querendo ter privilégios.

Lembro, quando era menino, que às vezes meus parentes falavam dos militares, achando que eles eram privilegiados. Isso sempre existiu, mas tênuê. Depois dos regimes militares, aumentou. Achavam que o militar queria tomar conta de tudo, mandar, ter vantagem. Quem vive lá dentro, no ambiente em que vivi, sabe que não se pretendeu fazer nada daquilo, muito pelo contrário. Não vi lugar nenhum em que mais se punissem os próprios companheiros por fazerem coisas erradas. Mas não se propala. E também não se procura encontrar uma vantagem que não seja equivalente a alguma coisa que se faça.

Como o sr. acha que se originou esse estigma?

Existem coisas que são evidentes. Algumas no sentido positivo, outras no sentido negativo. Vamos começar pelo sentido negativo. Eu era filho de oficial do Exército, mas só vim a ver a profundidade da cultura do Exército ao ler as declarações do Geisel.²⁹ Vê-se ali a preocupação do Exército em se meter na política e em mandar. Depois, comprovei isso em vários outros lugares: as unidades do Exército espalhadas pelo país — o Exército faz questão de ter unidades espalhadas por todo o país, coisa que a meu ver está errada — têm a preocupação de mandar no prefeito, ser a maior autoridade local, e por aí vai. Isso, no meu entender, é a cooperação negativa para que esses fatos ocorram.

A positiva, que é interpretada negativamente, é que, normalmente, os militares são muito bem organizados, são honestos em essência, na sua maneira de proceder, e conseguem resultados com isso. Isso dá inveja, aborrece as pessoas que querem fazer de outra forma e não conse-

²⁹ Refere-se ao livro *Ernesto Geisel* (D’Araujo & Castro, 1997).

guem. O fato de serem organizados acaba trazendo para o grupo uma situação de aparente privilégio. Por exemplo, tratamento de saúde: comparando-se a previdência social com o que a gente tem, o nosso serviço é infinitamente melhor. Na Marinha, por exemplo, gasta-se um décimo do que é gasto aí fora e consegue-se resultado 10 vezes melhor, porque é bem organizado, feito com honestidade.

O fato de ser uma instituição organizada torna o desejo de poder do Exército mais factível?

Sim. Esse desejo de poder sempre existiu, mas num nível baixo. O episódio de 31 de março de 1964 tinha sido precedido de vários, desde os *tenentes* até a renúncia de Jânio. Quando chegou o Jango, havia o que o pessoal da esquerda e muitos cientistas políticos não querem reconhecer: um movimento forte de esquerda pela tomada do poder. Então, houve uma reação forte. A repressão não deu origem à contestação: foi a contestação que deu origem à repressão. Em 1964, o que aconteceu é que se chegou à conclusão de que devia haver uma providência mais profunda. Havia quase uma unanimidade, que começou a ser desfeita quando houve a prorrogação do mandato de Castelo Branco. A partir daí, a coisa começou a sair da vontade do conjunto. Continuou na vontade de grupos.

Lendo o livro do Geisel, o sr. confirmou que existe uma diferença de cultura política entre a Marinha e o Exército?

No meu entender, muito profunda. Porque, pelo que sei, na época em que o Geisel começou sua carreira no Exército, não havia aquelas preocupações na Marinha, embora houvesse mais preocupação política do que hoje em dia. No período mais recente, a Marinha não tinha mesmo essas preocupações. O comandante de Distrito procurava ter uma certa penetração na área, mas nunca quis exagerar.

As pesquisas de opinião mostram que o estigma contra as Forças Armadas é qualificado. Ou seja, no interior, nas populações mais humildes, a imagem é melhor do que nas classes urbanas mais intelectualizadas.

Não dou valor muito forte a isso. Nunca me propus a gastar um centavo nisso. Minha visão é um pouquinho diferente: a gente sabe que o estigma existe. Vamos fazer o quê? Lutar contra o fato? Não. Vamos, inteligentemente, tentar fazer com que o fato se modifique. Temos que mostrar, evidentemente, o que se faz de positivo e aceitar que vamos ter que viver com aquela praga nas costas durante o tempo que for necessário.

O general Zenildo preocupava-se demais com pesquisas de opinião. Eu dizia: “Não vou botar um centavo da Marinha nessas pesquisas”. Toda hora ele vinha satisfeito: “Olha aqui, o Exército, as Forças Armadas estão na frente de todo o mundo”. Eu dizia: “Zenildo, bobagem! Estão na frente, mas se acontecer qualquer fatinho, no dia seguinte está todo o mundo contra”.

O sr. acha que isso ainda leva quanto tempo?

Outra geração. A reação foi muito grande. Eu posso dizer: as minhas filhas nunca quiseram saber de namorar um cadete, um aspirante.

Durante o governo Sarney, que tipo de contato o sr. tinha com a vida política extraforça? Participava de algum fórum, de alguma discussão?

Apenas dentro da força, pouco contato fora. Quando fui para São Paulo, havia um grupo de professores e jornalistas que se propuseram fazer encontros com os militares. Os brigadeiros aceitaram e depois propuseram fazer esse encontro com os almirantes. O ministro Sabóia, imediatamente, aceitou. Ele incumbiu o almirante Flores, que era tido como um homem que pensava nessas coisas e havia chefiado a equipe da Marinha que trabalhou na Constituinte, de reunir esse pessoal. O almirante Flores nunca cruzou muito com o meu santo. Ele me convidou porque eu era de São Paulo. Foi muito interessante essa conversa com os jornalistas. Depois tentaram fazer com o Exército, mas eles nunca aceitaram. E se propuseram repetir conosco, mas só o fizeram muito tempo depois, quando eu já tinha saído de São Paulo, estava embarcado, não tinha mais como participar.

O objetivo era conhecer o pensamento militar. Foi interessantíssimo: numa rodada, os civis todos falando, depois os militares. Eu, como era o mais moderno, fui o último a falar e pude ouvir a opinião de todos. O que mais me chamou a atenção — e disse isso — é que os civis não conheciam nada dos militares. Quando se aproximavam da idéia de um militar, essa idéia era a de um oficial do Exército. Estavam falando daquele estereótipo que a imprensa desenvolveu, completamente diferente do que nós, da Marinha, somos.

É lugar comum falar da eficiência do lobby militar na Constituinte. Os pontos que os militares consideravam fundamentais foram vitoriosos?

Acho que havia duas grandes preocupações dos militares. A primeira era definir a missão das Forças Armadas. As missões internas nunca foram enfaticamente defendidas pela Marinha. Sempre foram muito de-

fendidas pelo Exército, e a Marinha não se opunha. Mas, se tivesse que abrir mão, ela abriria, tranquilamente. A segunda preocupação era com o problema da anistia, para que não se fizesse uma abertura, como acabou sendo feita, acima do adequado. Pouca gente acredita, mas a maior parte daqueles que foram postos para fora das Forças Armadas por atos de exceção não eram subversivos, eram ladrões. E, com a anistia, houve muito ladrão voltando a ter todos os direitos, a ganhar acordos etc. E alguns, por decisões judiciais, tiveram promoções que, absolutamente, não poderiam ter. Há casos de sargentos da Marinha que, por decisões judiciais, foram promovidos a capitães-de-mar-e-guerra, quando a Marinha, no máximo, lhes reconheceria o direito de serem suboficiais. Essas decisões todas estão sendo reformadas. Na última instância de julgamento, eles começaram a perder. Está todo o mundo voltando a ser suboficial e tendo que devolver o que ganhou indevidamente.

A devolver dinheiro?

É lógico. Você acha que, na Marinha, a gente deixa alguém ficar com o nosso dinheiro? Quando alteramos a forma de efetuar a mudança de quem era transferido ou ia para a reserva e passamos a pagar em dinheiro, começou o pessoal a dizer que ia para Tabatinga, para o lugar mais longe do mundo. O pessoal ia para a reserva, não saía do Rio de Janeiro e dizia que ia para Tabatinga. Dava um bom dinheiro. Comecei a pegar todos eles, e a primeira providência foi descontar o dinheiro, antes de ir para a Justiça. Isso dá um trabalho enorme. Mas eu digo: a ética está acima de tudo, pode dar o trabalho que der. Na primeira operação que fizemos em Tabatinga, o Comando Naval da Amazônia Ocidental, por decisão da juíza auditora, teve que abrir um inquérito para cada um dos 143 casos. Lá eles não têm, ao todo, 50 oficiais, e 143 inquéritos é uma mão-de-obra que não tem tamanho. Fui lá e disse: “Vocês vão me desculpar, vão trabalhar triplicado, mas não vamos abrir mão disso”.

Essa alteração havia sido proposta pela Aeronáutica, e o Exército achou ótimo porque dá menos trabalho. Mas eu disse: “Vocês mudaram a coisa, e o tiro saiu pela culatra”. E comecei a tomar providências. Ainda há inquéritos abertos e outros sendo iniciados.

O sr. falou que uma preocupação militar importante na Constituinte era a questão da missão das Forças Armadas. O sr. poderia falar mais sobre isso?

A missão que eu vejo para as Forças Armadas é, essencialmente, a de fazer a defesa do país contra a agressão externa. Isso significa que se vai tentar evitar a guerra. Mas, para tentar evitar a guerra, é preciso mostrar que se está preparado. A preocupação com o ambiente interno existiu na

época em que a ideologia e a presença da União Soviética eram fortes. Nessa época, falar em guerra subversiva não era retórica, não. Isso era trabalhado, ensinado em escolas. Obviamente, quando o americano quis reagir a isso tudo, também exagerou. Mas, na Constituinte, a preocupação com o ambiente interno não precisava mais existir. Foi uma coisa que não posso chamar de episódica, porque durou muitos anos. Hoje, vejo que temos que acompanhar o pensamento mais moderno. Não temos que tomar conta do país e achar que só nós somos bons. Eu disse isso, várias vezes, aos meus oficiais. Dizia isso desde quando era moderno. Nós podemos até reconhecer que fazemos o melhor e somos mais honestos do que a média, mas somos brasileiros. Não podemos querer nos rotular melhores do que a média. Temos que aceitar isso.

Por outro lado, um oficial típico do Exército diria que essa visão é porque a Marinha estaria voltada para fora, que não teria, como o Exército, presença nacional.

Acho que o Zenildo andou conversando com vocês... Uma vez ele me fez uma grossura, que só não respondi porque era uma reunião oficial e achei que tinha que engolir o sapo. Ele acha que tudo o que a Marinha faz é besteira, que só fazemos para tirar fotografia etc. Nessa reunião de vários ministros, ele disse: “A Marinha é de águas azuis, vive de costas, não toma conhecimento do Brasil, vai na Amazônia, faz uma voltinha de navio, tira fotografia e volta”. Nós estamos na Amazônia desde 1863. Era uma reunião oficial, o que me obrigou a engolir fundo e não dizer nada. Isso foi no ano passado, já não adiantava mais.

Como o sr. vê essa questão da presença militar, enfatizada pelo Exército?

A gente tem que olhar, primeiro, qual é a ameaça provável que temos. Nós temos ameaça da Bolívia, do Paraguai, da Venezuela, da Colômbia? Não. Existe uma outra campanha, tipo guerra subversiva, com possibilidade de fazer ação armada? Não. Pode existir uma guerra psicológica, provocada até pelos nossos grandes amigos, mas não é com esse tipo de instrumento que se vai contra. Então, qual é a necessidade dessa presença? No meu entender, não existe. É uma distorção do pensamento. É, simplesmente, a manutenção de um *status quo*. Para que o Brasil precisa continuar a ter 23 generais no Sul? Não tem a menor razão.

Isso era discutido no seu tempo de ministro, entre os três ministros militares?

Vou dizer com muita honestidade. Quando comecei o meu primeiro ano no ministério, a primeira conversa que tive, mais séria, foi com o

Leonel, porque ele tinha servido em Santa Catarina, na época em que comandei o 5º Distrito, e eu tinha um certo trato com ele. Disse: “Leonel, precisamos falar muito claramente, discutir nossos problemas com isenção. Posso falar mal do Exército, sem o estar criticando no mau sentido, como vocês podem falar mal da Marinha. O importante é debatermos pontos de vista, para chegarmos a uma conclusão”. Nunca consegui, de jeito nenhum. No caso do Zenildo, a inveja dele para com a Marinha é terrível. A tentativa que ele faz para provar que o Exército é a força mais antiga não tem propósito.³⁰ A ponto de os portugueses ficarem sem graça. Porque, para os portugueses, Guararapes é uma vitória portuguesa, cantada e decantada em Portugal, e agora dizem que é uma vitória brasileira!

O Exército argumenta que a presença territorial na Amazônia e nas pequenas localidades do interior é a única manifestação local do poder público. Quer dizer, se não houver o Exército, grande parte da idéia de nacionalidade se perde.

Muito bem. Se nós achamos que isso é necessário, vamos trabalhar para criar no país um serviço que faça isso, mas não usando um instrumento errado.

Uma guarda nacional?

A guarda nacional era uma solução inteligente para o Brasil, se fosse nos moldes da norte-americana. Obviamente, do nosso ponto de vista, e não do ponto de vista americano. Mas não como a da Venezuela, por exemplo, que é uma outra força. A guarda nacional, no meu entender, é uma reserva. Mas uma reserva preparada, que pode atuar com duplo comando: um federal e outro estadual. Se houver necessidade de, num conflito, numa invasão territorial, utilizar a reserva, ela vai para o comando federal. Mas, se houver necessidade de reforçar a polícia, pode ser acionada pelo governador.

E o caso do Ministério da Defesa, como era visto na Constituinte?

Todos nas Forças Armadas foram contra. O Exército às vezes é a favor, às vezes é contra. De uma certa maneira, a gente pode dizer que, quando o Exército vê que o ministro da Defesa pode ser um general, ele é a favor; se tem dúvida disso, é contra.

³⁰ Referência à criação, pelo general Zenildo, do Dia do Exército no dia 19 de abril, aniversário da primeira batalha dos Guararapes.

No caso da Marinha, qual foi a argumentação para ser contra?

Nós teremos que falar um bocado sobre isso, porque participei muito da elaboração do projeto. Em essência, a Marinha sempre foi contra o Ministério da Defesa. Porque o Ministério da Defesa tende a uma centralização administrativa que não conduz a nada correto. Não se pode tender a fazer coisas díspares serem administradas da mesma forma, porque todas vão ser sacrificadas igualmente, ou uma mais do que a outra, dependendo das circunstâncias. Vai-se fazer algo que tem uma eficácia extremamente controversa, que são os grandes conglomerados. Houve uma tendência, inclusive nas empresas, de fazer os grandes conglomerados; chegaram à conclusão de que não dá certo, começaram a espalhar tudo de novo. Basicamente, era essa a razão pela qual a Marinha era contra o Ministério da Defesa. Os assuntos de defesa, aqui no Brasil, são muito difíceis de serem tratados, porque não há pensamento político sobre defesa. Então, ia acontecer o quê? O Ministério da Defesa ia ter o pensamento político do Exército, que está sempre metido nas lides políticas. No próprio Exército, o pessoal que raciocina mais incessantemente sabe que o Ministério da Defesa não tem contribuído com grandes coisas, e vemos isso em exemplos mundo afora. Mas aqui tinha que adotar, porque o patrão-mor adotou, todo o mundo vai atrás. O Ministério da Defesa é um gasto extraordinário de dinheiro sem produção. Não é uma saída eficaz. Foi o que eu tentei dizer o tempo inteiro com o meu pessoal que se dedicou a estudar esse assunto. A Marinha foi apresentando projetos. Nem todos os seus pontos de vista foram aceitos, mas chegou-se muito próximo do que a Marinha propôs.

O Emfa também fez seus estudos.

Pois é. Uma das minhas disputas com o Emfa é exatamente isso. O Emfa fez os estudos e começou a achar que entendia demais do assunto. Chegaram, em determinada época, a dizer que tinham concluído o estudo sobre como era nos outros países — coisa que o Estado-Maior da Armada já tinha feito há decênios. Ora, para saber o que é nos outros países do mundo, não é suficiente pedir a regulamentação, os organogramas, e ler aquilo. As coisas não funcionam assim. Até traduziram erradamente as palavras. Uma vez, numa das reuniões do grupo de trabalho interministerial do Ministério da Defesa, estava lá um general da reserva que trabalha no Emfa defendendo que o chefe do Estado-Maior Conjunto americano tinha um Estado-Maior. Eu digo: “Não tem”, e ele dizia: “Tem *staff*”. Mas não é todo *staff* que se traduz por Estado-Maior. Então, a pessoa tem que ir a fundo nos documentos.

Uma vez, tentando contradizer alguma coisa que eu tinha dito, o Zenildo disse que acabara de ver que a Inglaterra resolvera pegar todos os helicópteros e fazer um comando único do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Eu disse: “Isso é um absurdo, não pode ser”. E mandei perguntar aos assessores dele onde estava a referência. Deram como referência uma dessas revistinhas de propaganda de material de defesa. Estava lá, mas numa frase muito dúbia. E mandei saber detalhes. Realmente, os ingleses integraram um esquadrão de helicópteros de ataque ao solo, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Esses estavam mais do que propriamente integrados. Os demais, não se pode integrar. Então, não adianta ler superficialmente. Nós, na Marinha, geralmente temos um contato internacional grande, conversamos, nos informamos, não vamos na primeira impressão.

O sr., falando assim, nos leva a pensar que o lobby militar, na Constituinte, pode não ter sido tão consensual...

Naquela época houve mais consenso, porque o almirante Sabóia, o general Leonidas e o brigadeiro Moreira Lima conversavam muito.

Na época do governo Sarney, o sr. teve reuniões onde se discutia o Ministério da Defesa, o serviço militar...?

Às vezes se discutia, mas não muito funcionalmente. Na Escola de Guerra Naval não dava muito tempo para se discutir essas coisas, porque há um programa a ser cumprido. Mas às vezes se fazia um simpósio, uma coisa desse tipo, e se discutia. Mas a prioridade maior era o trabalho. Ou seja, nunca houve uma empolgação por esses temas.

Como o sr. via a redução do mandato do presidente Sarney?

Via muita dificuldade nas decisões do presidente Sarney, as coisas não andavam. Então, se abreviasse, era bom. Além do mais, acho que um mandato de cinco anos é de bom tamanho. Acho uma coisa boa os quatro anos com reeleição.

O sr. sentia medo na oficialidade em relação à eleição direta para presidente? Talvez essa história do tamanho do mandato do Sarney tivesse a ver com isso: o que vai sair da urna? Um “monstro”?

Podia haver esse medo. Mas todo o mundo estava convicto de que, se saísse um monstro, tinha-se que conviver com ele: era isso o que o país queria. Qualquer outra solução era errada.

O sr. votou no Collor em 1989?

Sim. É pena que o Collor fosse desonesto, porque começou a fazer coisas que precisavam ser feitas... Fez atabalhoadamente, largou pelo meio do caminho, mas muitas delas foram irreversíveis. Deu um trabalho enorme para consertar, para botar no rumo de novo, mas a idéia inicial estava mais ou menos correta.

Se Lula tivesse ganhado as eleições, teria havido algum risco de ruptura institucional por parte das Forças Armadas?

Eu diria que, pelo fato de ele ter ganhado, não. Ia ser mais difícil, sem sombra de dúvida, mas acabaria havendo a adaptação. Poderia haver, no entanto, uma tentativa de fazer algo subversivo, e o rumo poderia ter sido outro.

Mas havia grupos de militares que tentariam fazer, imediatamente, alguma coisa?

Poderia até haver. Ainda havia gente, como em épocas passadas, fogaosa nessas coisas, mas não havia a menor condição de apoio.

Vamos falar do ministério Collor. Ele chamou o almirante Flores, que nunca “cruzou muito com o seu santo”, como o sr. disse. Como essa escolha foi vista na Marinha?

O almirante Sabóia deve ter influenciado bastante. Porque, na época, a disputa do almirante Sabóia com o almirante Amaral ainda era forte. E o almirante Amaral, a essa altura, já era genro do Ulysses e tinha bastante prestígio. O almirante Sabóia trabalhou muito pelo Flores, coisa de que, tenho certeza, se arrependeu amargamente.

O almirante Sabóia preparou o almirante Flores para isso e o colocou à frente dos trabalhos de apoio à Constituinte. Até o colocou como comandante-em-chefe da esquadra, quando se sabia que ele não teria como completar o tempo, pois ou seria promovido a quatro estrelas e teria que deixar a função, ou não seria promovido e teria que sair da esquadra. Fez isso só para lhe dar prestígio.

A indicação do Flores foi vista tranquilamente, dentro da Marinha?

A Marinha via com certa tranquilidade. O almirante é um homem muito inteligente. Agora, não conhece a Marinha como pensa. Ele gosta muito de ler e de escrever, mas, quando o problema é sério, não presta muita atenção. Não tem paciência para cuidar das coisas que dão trabalho.

Por que o sr. disse que o almirante Sabóia deve ter-se arrependido?

Porque ele viu que o almirante Flores fez muita coisa que estava destruindo a Marinha. Ele não queria aceitar mudança, ou, se queria propor uma mudança, propunha para algum acordo político que não interessava. Ele era favorável a acabar com a pensão das filhas dos militares, mas isso não é uma coisa para ser acabada assim. Não é, simplesmente, acabar. Ele defendia aquilo contra toda a opinião da classe. E, dentro da própria estrutura da Marinha, certas decisões precisavam ser tomadas com um pouco de arrojo. Ele queria ficar sempre do lado seguro. Aborrecia-se com muita frequência e mandava parar tudo.

Ele apoiou muito o projeto nuclear da Marinha, não é?

Pois é, foi a grande bandeira dele. Ele é que deu toda a cobertura às coisas que o Othon começou a fazer de errado. Não vou dizer que ele tivesse a intenção de fazer isso. Mas dava cobertura ao Othon e não via o que se passava.

O sr. estava comandando, na época, o 5º Distrito Naval, em Rio Grande, que engloba os três estados do Sul. Que contato o sr. tinha com o ministro Flores?

Era eventual. Tive um contato mais amargo, porque ele é catarinense. A Marinha saiu de Florianópolis, e o Flores começou a entregar tudo o que a Marinha tinha lá em acordos com o governo do estado. Quando cheguei, a Marinha já não tinha praticamente mais nada para entregar, o estado tinha cumprido 5% das suas obrigações, e a Marinha, 95%. E ele queria, por força, entregar mais um pedaço. O meu antecessor já tinha estudado tudo para entregar depois que o estado nos ressarcisse do que estava nos devendo. Um pedaço da agência da Capitania dos Portos ficava no acesso à nova ponte que o governo construiu, e fui incumbido de terminar aquela negociação. O Flores mandou ordens expressas para entregar, alegando que eu estava atrapalhando. Eu não sou dono da Marinha, entrego. Mas dizia que estávamos entregando de graça.

Como os militares, em geral, viam o governo Collor?

O Collor tentava espezinhar os militares com uma certa intenção deliberada. Só tive contato com ele, pessoalmente, duas vezes: numa ocasião em que ele desembarcou em Pelotas — eu estava na fila de cumprimentos — e a segunda, na Eco-92, no Riocentro. Houve um coquetel, fui me apresentar, ele me agradeceu pela organização do evento. Mas, afora isso, as notícias que se tinha eram de que ele nos tratava com desprezo total. E, mais do que com desprezo, com a intenção de machucar. Não

vou dizer também que essas notícias não tenham um certo exagero. Por exemplo, se alguém esperava ser paparicado mais do que o normal e não era, dizia que estava sendo maltratado.

Mas os ministros militares foram fiéis a ele, não?

Eu diria que foram muito fiéis até o momento em que ele se viu em má situação. Tenho a impressão de que houve ministros que o largaram e começaram a trabalhar por outro caminho. Não vou dizer muito mais do que isso, porque estaria levantando suspeitas sem provas. Mas acho que houve gente que começou a trabalhar contra o Collor, sem dizer que estava.

Collor havia desorganizado a estrutura de informações com o fim do SNI, mas os órgãos de informação das Forças Armadas continuavam funcionando. Eles passavam informações a respeito daquela série de denúncias?

Os órgãos das Forças Armadas, de um modo geral, não estavam cuidando daquilo.

Com o passar do tempo, as denúncias contra Collor foram ganhando corpo. Como se acompanhava isso no meio militar?

A gente não imaginava isso, não. Inclusive, em certa ocasião, no início de 1992, quando eu já estava aqui no Rio, comandando o 1º Distrito, fui conversar com o Fleury, lá em São Paulo: “Governador, vamos segurar essa campanha. Porque corrupção — eu não imaginava que fosse tão forte — a gente está cansado de ver. Vamos tentar impedir a corrupção, mas sem derrubar tudo, porque, politicamente, é um desastre”. No início também cheguei a achar que a CPI do Orçamento ia ser um desastre, não ia apurar nada. Agora, quando se chegou às cassações, dei a mão à palmatória: houve mudança de mentalidade.

Num primeiro momento, os ministros militares enfatizavam que era preciso respeitar o governo constituído, mas no final da crise passaram a ter uma posição de distanciamento.

Gradativamente foi crescendo a certeza de que as coisas não eram bem-intencionadas e que havia, efetivamente, corrupção. E, se havia, quanto mais rápido o governo saísse, melhor. Mas que saísse pelo caminho normal, legal, que foi o caminho seguido.

O sr. acredita que os militares acabaram conspirando contra o governo?

Acabaram não sendo suficientemente leais.

O sr. acha que os ministros militares poderiam ter um papel mais ativo, falando para Collor o que iriam fazer?

Poderiam dizer: “Olha, o processo vai correr, e não conte com a gente, não!”

Mas isso não seria interpretado como uma intervenção indevida? Collor poderia dizer que os ministros militares o estavam pressionando.

Sim, mas há certas coisas que vão aos fundamentos da pessoa humana. Chega uma hora em que se vê que aquilo é tão desonesto, tão absolutamente contra qualquer ética, que não se pode, pessoalmente, transigir. Tem que dizer: “Não vou transigir”.

Por outro lado, ministro é um cargo de confiança.

Muito bem, poderiam dizer: “O cargo está à disposição”.

Vem o impeachment e assume Itamar. Como foi a passagem de Flores para o almirante Serpa, no ministério?

A Marinha gostou muito. O almirante Serpa é uma pessoa que eu respeito demais, mas é outro, também, que disputa um pouquinho comigo. Mas o Serpa é muito mais competente. No discurso que fiz no dia em que tomei posse como ministro, disse que o Serpa trouxera de volta a esperança para a Marinha.

Como foi a sucessão? Houve disputa?

Sei que houve manobra do Flores para continuar. O Serpa não mexeu uma palha.

Às vezes o Serpa é criticado por ser de “passadiço de contratorpedeiro” e por ter “afundado” o submarino nuclear da Marinha.

De jeito nenhum. O Serpa não entende só de passadiço de contratorpedeiro nem afundou o submarino nuclear da Marinha: ele não deixou que um submarino nuclear, que não existia, afundasse a Marinha. É diferente.

A Marinha precisa ser bem administrada, ter gente que saiba para onde ela tem que ir e que tome determinadas medidas, tempestivamente. Uma das coisas que influenciam muito é que qualquer navio que se queira construir leva quatro, cinco anos, se for navio simples. Então, tem que ter gente que olhe para o futuro, que tome decisões, até de coisas que provavelmente não vai ver terminadas.

Sempre se fala na importância do Plano Diretor da Marinha como instrumento de continuidade. Há, mesmo assim, um espaço para o ministro atuar e mudar a orientação na força?

Há um espaço importante. Não para mudar em 180 graus. Mas uns 30, 40 graus, pode. E, principalmente, pode mudar a velocidade. Porque se pode parar, por falta de decisão, ou deixar as coisas ficarem como estão, sem mexer em nada: só reduzir a velocidade é começar a andar para trás. Então, um ministro que seja mais arrojado nas suas decisões, mesmo que não mude o rumo, faz com que as soluções se antecipem.

Como o sr. viu a atuação do almirante Serpa, como ministro?

Não vou fazer aqui uma crítica, detalhe por detalhe, do que o Serpa fez. Mas, de um modo geral, achei muito bom. Ele impulsionou a Marinha, cuidou dos meios navais, preocupou-se em renovar a esquadra, tomou uma série de medidas administrativas importantes. A atuação, em relação ao projeto nuclear de São Paulo, só pode merecer crítica de quem só via aquele projeto como a única razão de ser da Marinha. Quem olha a Marinha em primeiro lugar tem que reconhecer que o Serpa atuou corretamente, sem estardalhaço, sem revanchismo, sem querer ir contra o que vinha sendo feito, mas botando as coisas nos devidos lugares. Porque é um homem que sabe falar com o pessoal, que sabe lidar com os assuntos que o pessoal está tratando.

O almirante Flores, que escreveu sobre estratégia, tem prestígio com intelectuais civis e grupos de militares.

No meio militar, não se formam esses grupos. Fala-se que é intelectual, mas não tem “panelinha”, não tem grupo nenhum. Pelo menos dentro da Marinha. Nem há tanta gente assim para formar esses grupos. Nos artigos sobre estratégia, o almirante Flores muda de posição com muita facilidade. Há horas em que defende uma determinada coisa; daqui a pouco, torce, começa a defender outra muito diferente. O Ministério da Defesa, por exemplo, ele começou sendo contra; de repente, passou a ser a favor.

Como um pensador de estratégia, ele não seria uma autoridade para a Marinha?

Não. De um modo geral, a Marinha não concorda com as idéias dele. Pelas idéias dele, a Marinha já tinha acabado, tinha virado guarda-costeira. O Atlântico Sul dele é costeiro. Ele acha, por exemplo, bobagem ter o

porta-aviões, porque acha que podemos ser cobertos pela aviação baseada em terra, posição que a Aeronáutica sempre defendeu. A Marinha inteira, por mais força que faça, não consegue aceitar ou entender. Quem viveu, quem sempre discutiu os problemas vê que aquelas idéias do Flores não são solução para nós. Uma projeção correta de Brasil não pode ter uma Marinha desse tipo.

Qual a sua impressão do governo Itamar?

Eu diria que é mais favorável do que desfavorável. Embora não tenha sido de muito progresso, de muito avanço, pelo menos foi de conserto, de arrumação. Pessoalmente, acho que o Itamar não tem muito senso. É temperamental demais. E a pessoa que chega a um certo nível não pode agir assim. O Serpa gostava muito dele como presidente, porque ele sempre nos tratou muito bem, sempre deu muita atenção a todos os problemas que lhe eram levados.

Como foi o processo de sua escolha para ministro? Quais eram os candidatos?

Havia o Pedrosa, comandante de Operações Navais, aqui no Rio de Janeiro, que era da minha turma, e o César de Andrade, do Estado-Maior da Armada. Eu era secretário-geral da Marinha, e já estava prevista a ida do César de Andrade para o Superior Tribunal Militar. Tenho a impressão de que o Serpa retardou um pouco a ida dele para o STM, pensando que ele poderia ser ministro, mas chegou um momento em que não dava mais.

Ele era mais afinado com o almirante Serpa do que o sr.?

Bem mais. Eu não era desafinado com o Serpa. Tenho certa fama de meio brigão, mas sou de dar minha opinião. Agora, uma vez que alguém que tem que decidir decide, a minha opinião passa a ser a dele. E eu trabalho com toda a honestidade naquele caminho. Quando o César foi para o Superior Tribunal, fui ser o chefe do Estado-Maior da Armada, isso a um mês e meio do término do governo. Ninguém sabia o que ia ocorrer na Marinha. Para mim foi um período, efetivamente, de muita angústia. Se eu fosse escolhido ministro, eu iria ser; se viesse um ministro com quem eu pudesse ficar, eu ficaria no cargo até março de 1996, teria mais um ano e quatro meses como chefe de Estado-Maior da Armada; e se viesse um ministro com quem eu não pudesse moralmente ficar, eu teria que pedir as contas. Eu não aceitaria, por exemplo, um que fosse mais moderno que eu. E não aceitaria o almirante Flores.

Não mexi uma palha, não falei com ninguém. O Serpa dizia para nós: “Não fui consultado. Se for, não indico ninguém. O máximo que faço é

dizer quem são os almirantes-de-esquadra”. O que eu acho correto e também fiz quando deixei o cargo de ministro.

Como lhe chegou o convite para o ministério?

No princípio de dezembro de 1994, um irmão do Eduardo Jorge, Tarcísio Jorge Caldas Pereira, almirante engenheiro da reserva, que era presidente da Casa da Moeda — nós servimos juntos —, me pediu para conversar. Perguntou o que eu achava de ser ministro, e eu disse: “Quem está aqui nessa cadeira, trabalhando como um danado, acreditando nisso, vai achar ruim ser ministro?” Ele, então, me perguntou sobre o Ministério da Defesa. Eu disse: “Minha opinião é a que a Marinha sempre teve: somos contrários”. “Mas, e se o presidente resolver criar?” “Se o presidente resolver, é uma decisão, falarei com a Marinha e vamos trabalhar nisso.” Passados uns tempos, o Djalma Morais, que era ministro das Comunicações do Itamar, pediu ao Leonel que marcasse um encontro comigo — não estava entendendo nada. Ele começou a me fazer uma série de perguntas sobre o Pedrosa, o Flores, era o tipo de conversa sem pé nem cabeça. Isso ocorreu por volta do dia 12, 13 de dezembro. Depois disso, o Eduardo Jorge pediu para conversar comigo e, no dia 19 de dezembro, o Djalma Morais me ligou pedindo para ir a Brasília naquele dia. Expliquei que no dia seguinte estava marcada a cerimônia de minha passagem da Secretaria Geral de Marinha — porque eu estava acumulando já o Estado-Maior com a Secretaria Geral de Marinha — e que não podia deixar de comparecer sem dar explicações. E ele: “Vem agora e volta de noite”. “Mas não tem vôo.” “Nós temos uns vôos aqui, vou te dar o número.” Cheguei ao Ministério das Comunicações com o almirante Arnaldo, do Emfa, que nessa ocasião foi convidado para a diretoria de transporte da Petrobras. O Djalma nos levou à casa que o presidente tinha alugado, ficamos esperando e, por volta de umas nove horas da noite, chamou o Arnaldo — eu fiquei esperando. O Arnaldo voltou de lá de dentro: “Meus parabéns! Você vai ser o ministro”. O presidente me chamou e falou novamente no Ministério da Defesa. Foi uma conversa de 10 ou 15 minutos. Depois, tomamos um uísque, eu estava com a garganta que mal tinha voz.

No convite, ele lhe deu alguma diretriz?

A única diretriz que deu é que tinha decidido criar o Ministério da Defesa, mas que seria tratado por nós, militares, com calma. Eu disse: “O sr. pode ter certeza de que, embora a gente não concorde, havendo a decisão política, vamos trabalhar honestamente pela idéia. Agora, vamos

fazer alguma coisa que seja correta para o Brasil, e não imitar o que existe por aí afora”. Ele disse: “Tudo bem”. E acrescentou: “Eu era contra o Ministério da Defesa, tanto que votei contra, na Constituinte, mas me convenceram de que isso é útil”. Só cheguei ao Rio de volta às quatro horas da madrugada. No dia seguinte, na solenidade, o Serpa me perguntou: “Como é?” Eu disse o que tinha acontecido.

Como o sr. encontrou o ministério?

Nós temos, na Marinha, a tradição de as coisas serem organizadas. Inclusive, vem se tornando cada vez mais firme a tradição de não haver uma equipe: ninguém tem a sua. Eu, particularmente, nunca tive. Cheguei no ministério e, efetivamente, fiz apenas a troca de dois oficiais-de-gabinete. Inclusive, o secretário militar eu fui escolher entre os oficiais que já estavam no gabinete do ministro da Marinha e uma pessoa de quem o Serpa gostava muito. Ou seja, não há a menor idéia de fazer mudanças. Isso se repetiu quando saí: o Chagasteles, praticamente, não trocou ninguém. Nos principais comandos, as trocas são aquelas que precisam ocorrer, naturalmente, dentro dos prazos da legislação.

O sr. tinha contatos freqüentes com o presidente Fernando Henrique?

Forcei para ter contatos mensais com ele. O Zenildo, por exemplo, me dizia que passava, às vezes, dois, três meses sem falar com ele. Mas eu forçava e, a cada mês, tinha pelo menos uma conversa com o meu chefe.

O sr. tinha reuniões periódicas com os outros ministros militares?

Eram ocasionais. No início, até convidei para irem almoçar comigo para tentar que, pelo menos a cada mês, nós conversássemos. No primeiro ano, isso ocorreu, não regularmente, mas com certa freqüência, mas depois foi desaparecendo.

E o presidente, pediu sua opinião sobre alguma decisão a tomar?

Houve quatro ocasiões em que ele me pediu opinião. Uma, pessoal, quando houve aquele problema sério do Sivam. Duas vezes durante reuniões dos ministros militares. Uma foi na ocasião da crise do Paraguai, que ele divulgou para a imprensa como sendo reunião para tratar do Ministério da Defesa. A segunda foi quando houve aquele episódio da Colômbia, na “cabeça do cachorro” em que os colombianos usaram a pista de pouso para atacar os rebeldes. Houve ainda outra ocasião em que ele nos reuniu em um jantar no Alvorada com o pessoal do Itamarati para ouvir nossa opinião a respeito da adesão ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear). Nessa ocasião, fui veementemente contra, porque era o

tipo da adesão em que nos subordinávamos a tudo e não recebíamos nada. Quando houve a efetiva aquiescência, mudei de opinião. Foi depois daquela conferência em que mudaram os termos do TNP: ainda que continuasse sendo um tratado do tipo “quem pode, pode, quem não pode, não pode”, pelo menos criou um fórum de debate. Quem estivesse ali dentro poderia debater. Então, era ilógico ficarmos fora.

No caso do Sivam, o que o presidente queria ouvir do sr.?

Ele queria saber se deveria ou não prosseguir naquele assunto. O Sivam foi um caso complicado. Não acredito que tenha havido desonestidade, em nenhum momento. Pode ter havido uma coisinha pequenina, no meio do caminho — isso a gente nunca pode jurar que não haja. Mas, coisa grande, de jeito nenhum. Se fosse feito pela Marinha, nós não faríamos daquele jeito. Um contrato global, como aquele, é muito difícil de ser apreciado. E é muito difícil a gente manter controle. Facilita porque é uma empresa só que responde, mas o controle sobre como vai ser desenvolvido o sistema é mais complicado. Na Marinha, o que procuramos fazer é liderar o sistema. Contratamos as empresas, mas nós é que fazemos o elo de conexão. Mas, afora isso, não via nada de errado no Sivam.

Esse episódio acabou resultando na saída do brigadeiro Gandra do Ministério da Aeronáutica sem que o presidente lhe desse qualquer apoio.

Nessa ocasião eu estava meio bombardeado, tive hepatite e passei três meses despachando em casa. O general Cardoso foi lá em casa para me participar a decisão do Gandra de sair. O sentimento que tive, depois de uma conversa com o Gandra e de outros fatos que vivi, é que o presidente não o aconselhou a sair, mas também deve ter pensado: “Não é comigo”. É uma coisa evidente que o Gandra não tem culpa nesse negócio. É daquelas bobagens que se faz: aceitar um convite de um vendedor de material para a FAB, mesmo não havendo o menor comprometimento, sem estar facilitando nada. Eu, por exemplo, nunca aceitei absolutamente nada disso. Só presente besteira. Um almirante me disse, uma vez, uma regra que passei a adotar: tudo aquilo que não aumenta o nosso patrimônio a gente pode aceitar.

Quando o sr. assumiu o ministério, a Operação Rio ainda estava ocorrendo. Qual foi a sua impressão desse envolvimento militar?

Eu acho um envolvimento absolutamente errado. Pensar que as Forças Armadas podem fazer papel de polícia é um engano. A maneira de

atuar das Forças Armadas é radicalmente distinta. A força armada procura informações para entrar e ganhar, de qualquer maneira. Se entrar em combate e encontrar alguém com resistência, é para matar. A polícia é o contrário: não pode, nunca, fazer isso. Tem que fazer a investigação para descobrir onde está o bandido, mesmo que leve anos. Chegou-se a um estágio em que se suspeitava que a lei não era observada em parte do território, e o Estado precisava demonstrar que tinha poder. Podia-se fazer uma demonstração, mas não permanecer lá.

O sr. avalia que, nessa conjuntura, tratava-se realmente de um caso de extrema necessidade?

Por fraqueza dos governos, principalmente do governo estadual, tendia-se a achar que deveria haver aquela demonstração. O mal é que acharam que a demonstração ia ser a solução para o problema. Os bandidos, muito espertos, não brigaram. Simplesmente saíram de lá: “Vamos entrar de férias, durante um certo período, que esses camaradas aqui não fazem nada”. Quando o pessoal saiu, eles voltaram: não resolveu problema nenhum.

Como o sr. acompanhou a Rio 92?

Na Rio 92, a parcela entregue à Marinha, que ficou sob meu comando, foi armada em cima de uma determinada visão que não era bem a visão do comandante militar do Leste: ele estava se armando como se a população brasileira fosse fazer arruaça, ir contra o evento. Para mim, isso não tinha nexos. Até o bandido queria que a Rio 92 desse certo. A minha visão é que os chefes de Estado poderiam estar sujeitos a ataques terroristas; então, eu tinha que defendê-los. Ali não podia haver a menor brecha que permitisse um deles sair arranhado.

Durante o seu período à frente do ministério, como foi visto o trabalho da Comissão dos Desaparecidos?

O problema dos desaparecidos, dentro das Forças Armadas, foi praticamente nulo, porque ninguém discordava que se fizesse isso. Mas houve um excesso no julgamento da comissão.

O sr. foi procurado por Nelson Jobim e José Gregori?

Fui, mas o Jobim e o Gregori já foram me procurar depois que a imprensa começou a falar que eu era contra. E o que ocorreu é que numa ocasião, numa cerimônia no palácio, a jornalista Tânia Monteiro me perguntou — e vários outros ouviram o final da resposta — o que eu achava

sobre a comissão. Eu disse: “Não tenho nada contra a comissão indenizar aqueles que estavam sob a guarda do Estado e que sofreram violência, morreram, desapareceram. Mas é preciso um cuidado danado para não fazer com que isso vire um carnaval, como é o caso dos ex-combatentes”. Eu, até o último mês no ministério, habilitei ex-combatentes. Mais de 50 anos depois de terminada a II Guerra! O pessoal que era estivador e que saiu cinco minutos da barra por duas vezes é ex-combatente! Então, por isso, eu dizia: “Não vamos fazer uma legislação que seja uma porta aberta como essa, que é uma sinecura. Inclusive, tem muito desaparecido que está muito bem aparecido por aí”. Saiu uma reportagem sem-vergonha da *Veja*, me chamando de moleque etc. Aquilo é ignominioso. Mas dias depois apareceu uma reportagem com um desses “desaparecidos”, lá no Paraná. Passado um tempo, apareceu outro.

De qualquer forma, há uma desproporção muito grande, porque, segundo o que a imprensa noticiou, há 30 mil pessoas que são consideradas ex-combatentes.

Sim. Mas nós vivemos, dentro da Marinha, uma disputa eterna com o pessoal que queria ampliar a anistia de 1979. Houve uma tentativa de emenda à Constituição para ampliá-la. Fui à Câmara, conversei com as lideranças. Não dá para reincorporar qualquer marinheiro que saiu da Marinha, como sai hoje, e fica dizendo que saiu por razões políticas.

A impressão que temos é que, até o caso Marighella e, principalmente, o caso Lamarca, estava tudo bem, mas depois a coisa teria azedado para o lado militar.

Azedou, da seguinte maneira: “Se vai continuar nesse ritmo, daqui a pouco isso vira um carnaval”. Mas, também, não houve nenhuma reação forte. Na Marinha, nunca nos reunimos para tratar desse assunto. Comentávamos, eventualmente, mas nunca fizemos uma reunião para isso.

No Exército, o caso Lamarca deve ter sido mais dramático.

Deve ter sido. O que o Lamarca fez com o Exército é tudo aquilo que se condena, e depois o homem é trazido como herói? Se ainda fosse uma indenizaçozinha daquelas, sem ibope, sem nada. Mas não: como perseguido, herói. E não foi perseguido coisa nenhuma.

Nesse caso, o general Zenildo também não procurou o sr.?

Não. Uma vez, numa reunião no Emfa, falamos muito superficialmente sobre esse assunto. Mas não fizemos reunião formal para tratar disso.

Como o sr. acompanhou a atuação de Nelson Jobim e José Gregori na comissão?

Eu convivi mais com o Jobim do que com o Gregori. Pelo Jobim, tenho um respeito muito grande. É uma pessoa de um raciocínio claríssimo, de muita cultura e muito sensato. Dá a impressão de não ter ranço. O Gregori também é uma pessoa inteligente, afável, mas tenho a impressão de que tem ranço. Ele, podendo voltar e fazer uma revanchezinha, não desiste.

O sr. chegou a ter algum contato com o general que participava da comissão?

Não. Numa reunião que tivemos ao se formar a comissão, minha opinião era de que o Exército deveria indicar um general da ativa. Mas preferiu botar esse general, que está na reserva e era advogado. Não era muito a minha opinião, mas tudo bem. Evidentemente, quem tinha que escolher o representante era o Exército, porque o envolvimento deles era muito maior do que o nosso.

Os militares eram contra a idéia de se apurar o que aconteceu?

Eu acho o seguinte: a solução da anistia é uma forma de resolver aquilo que pelos caminhos normais não se resolveria. Uma vez feita, tem que ser respeitada. Se quer apurar, por que apura só um pedaço? Por que não apura tudo? Foi o que eu disse: “A reação pode ter sido exagerada, suja, mas foi uma consequência”. Se houvesse como apurar todas as responsabilidades, seria melhor do que a anistia. Mas, evidentemente, não havia condições de fazer isso. Então, a anistia foi a solução. Tomou-se a decisão, acabou.

Mas o que estava em jogo não era questionar a anistia. Quando se fala em apurar responsabilidades, não é no sentido de penalizar, mas de saber o que aconteceu.

Mas, saber o que aconteceu, *grosso modo*, todo o mundo sabe. Querer saber em detalhes, se foi A, B, ou D, aí começa a ter que abrir todos os casinhos. E mesmo numa investigação policial, sem nenhuma conotação política, a coisa é complicada, aparecem supostas verdades, muita mentira prevalece. Imagina uma coisa complicada como é essa, com milhares de envolvimento, com dúvidas como: deu ordem, não deu, a ordem era implícita ou explícita, fez mais ou menos do que devia. Isso é inaparável, é impossível. Se começar a querer mexer nisso daí, as feridas vão se abrir todas de novo.

Há um arquivo da repressão, na Marinha?

Uma vez convidei o Roberto Freire, o Sérgio Miranda, uma porção deles, da esquerda, e disse: “Tirem da cabeça a idéia de procurar por isso. Porque só vai haver desgaste. Não tem nada, só lixo. Em primeiro lugar, só um burro guardaria a prova do crime. Um sujeito que não quer aparecer pega tudo, rasga e some com aquilo. E o que sobra nos arquivos é lixo”. São aquelas informações brutas — fulano de tal foi visto de camisa amarela em tal lugar. Aquilo não vale nada. Um belo dia, junta a camisa amarela com a calça preta, e já faz sentido!

Mas, de qualquer forma, a questão dos desaparecidos ainda é um trauma nacional, são feridas...

Que são feridas, são. Mas houve feridas para todo canto. Um lado tem que calar a boca e ficar quieto. O outro lado tem o direito de ficar a vida inteira dizendo que tem ferida e que tem que dar um jeito de curá-la? Não. Tem que calar a boca também e ficar quieto.

Mas as feridas sociais não se curam calando a boca.

Então falemos conceitualmente, não examinando os casos, porque são inexamináveis. Há pessoas que gostam muito de falar com certeza sobre aquilo que não sabem porque dá notícia na imprensa. Se nós fôssemos um povo que tivesse sofrido, como muitos sofreram, talvez já tivéssemos esquecido. Isso talvez já tivesse sido absolutamente cicatrizado. É que nós não temos esse sofrimento, somos um povo feliz. Quando acontece uma coisa, aquilo é maximizado ao extremo. E olha, a quantidade de gente que sofreu é ínfima, em relação ao que se vê por aí afora. Compara com Argentina, Chile, Cuba, Iugoslávia. O que se fez aqui foi irrisório. Não de valor, mas de intensidade. E, por exemplo, como começou a guerrilha do Caparaó? Quais foram as motivações? O que eles fizeram? Ninguém está interessado em descobrir. Mas está interessado em descobrir quem combateu aquela guerrilha. Então, a cicatriz é só de um lado. E só se justifica o cuidado com um lado. Isso é que está errado.

Mas vários ex-guerrilheiros fizeram autocritica. Faltou, contudo, uma versão militar a respeito da repressão.

Pois é, mas deseja-se que os militares expressem o que já está demonstrado pelo simples fato de a organização ter tomado a atitude que tomou. Uma operação de combate à guerrilha é uma operação militar. Ela se esgota no planejamento da operação e na sua realização. Os deta-

lhes que ocorreram ali são mais ou menos irrelevantes. Se houve distorções, excesso, é difícil de verificar porque não tem registro. É o que eu digo: quem faz a coisa errada vai deixar rastro? De vez em quando, aparece um camarada desses, querendo se gabar: “Fiz e aconteci”. Boa parte é invencionice para vender notícia. Numa entrevista que foi dada pelo Anselmo, a gente vê que aquele camarada é absolutamente destrambelhado. Ele sempre quis ganhar prestígio e vantagens. Até da liderança ele aproveitou, apesar de não ser liderança, tanto que nunca foi conhecido na Marinha como líder de coisa nenhuma. Na hora em que viu vantagem no outro lado, mudou.

E no caso do Riocentro: o sr. não acha que esse episódio ainda contamina a imagem militar?

Sim, contamina. Como sempre contaminou toda vez que alguém fazia alguma coisa de errado, e se dizia: “Não vamos apurar para não aparecer alguma coisa contra todo o mundo”. No meu entender, aparece, pior ainda.

Ali, no Riocentro, poderia ter havido uma punição exemplar, mesmo que não se pegassem os cabeças. O sr. não acha que isso poderia ter feito uma diferença na imagem dos militares?

Não ia fazer tanta diferença, porque a vontade de ir contra a imagem é grande. Não seria isso o que iria acabar com a má vontade, embora pudesse ajudar.

Vamos falar agora sobre a questão da aviação naval. A partir de 1994, a Argentina e depois o Uruguai começaram a treinar pilotos da Marinha brasileira. Por que a nossa Aeronáutica não treinou esses pilotos?

Porque desde aquela época em que houve a disputa em relação à aviação embarcada, no governo Castelo Branco, a Força Aérea não permitia nem que o oficial de Marinha tirasse brevê de piloto de aviação civil.

Quantos pilotos da Marinha foram treinados na Argentina e no Uruguai?

Não são muitos. Uns dois a cada ano na Argentina, desde 1994. No Uruguai, um pouco menos. Mas isso foi crescendo. Quando compramos as fragatas da classe Greenhalgh, do tipo 22, inglesas, com umas turbinas diferentes das que nós tínhamos aqui, a avaliação para a montagem da estrutura de manutenção nos obrigaria a fazer um investimento inicial

numa empresa privada da ordem de US\$9 milhões. E nós gastaríamos, por ano, cerca de US\$3 milhões. Visitei a Argentina e vi que eles tinham capacidade de fazer isso bem-feito. O ministro era o Molina Pico e conversamos. Para ele foi ótimo, porque eles estavam vivendo uma situação de penúria muito grande. Então, em vez de fazermos um investimento inicial de US\$8 milhões, fiz um investimento de pouco mais de US\$500 mil. Em vez de pagar US\$3 milhões por ano, estamos pagando cerca de US\$1,5 milhão para a manutenção dessas turbinas. Aí, o pessoal diz: “Mas nós ficamos muito nas mãos do argentino”. Eu digo: “E daí? Não tem mais desconfiança”. E eles passaram, também, a se jogar inteiramente nos nossos braços. Quando comprei os A4 do Kuwait, para a aviação naval, precisava de alguém que entendesse daquilo. Liguei para o Carlos Marron, porque já não era mais o Molina Pico, e pedi assessoria. Na semana seguinte, havia dois oficiais argentinos, prontos para viajar conosco para o Kuwait.

Os aviões já [abril de 1999] chegaram?

Já. Foi o dia em que as lágrimas me vieram aos olhos. Fui lá em São Pedro da Aldeia. Vi puxarem o primeiro avião pintado de cinza.

Já vimos gente da Aeronáutica também com lágrimas nos olhos, mas de raiva... Essa questão da aviação naval é antiga. Como o sr. resolveu a história? Foi na marra?

Não, não foi na marra. Há 30 anos que a Marinha conversa com a Aeronáutica; há 30 anos que a Aeronáutica desconversa. Quando assumi o ministério, disse: “Esse problema tem que ser resolvido”. Porque para nós é uma questão vital. Nós estamos com uma Marinha balanceada, que enfrenta qualquer uma do seu porte. Agora, nossa força naval é neutralizada com helicópteros armados de mísseis por uma Marinha do mesmo porte. E é dramático: a gente vê um avião de patrulha em cima da gente, sabe que vai vir um ataque e não pode fazer nada. A única forma de evitar isso é ter um avião.

A Aeronáutica não dá esse suporte?

Não dá. Ela não tem esses aviões, não tem o preparo que devia ter para isso. E o mundo inteiro provou que não é desse jeito que se resolve o problema. Comecei a conversar com o Gandra, que foi receptivo, mas na hora em que apresentei o primeiro papelucho escrito, ele me devolveu, numa situação pior que a anterior. Eu ia insistir, mas ele saiu do ministério e veio o Lôbo, que me mandou para o chefe do Estado-Maior,

o Ferola. Depois de três meses, as coisas não tinham caminhado. Fiz então uma exposição de motivos para o presidente, levei oito meses insistindo, até que um dia ele disse: “Autorizo”.

O sr. acha que essa foi uma concessão do presidente em troca do apoio da Marinha ao Ministério da Defesa?

A Marinha nunca fez resistências ao Ministério da Defesa. Eu não sei por que, a cada passo, procuravam lançar isso. A Marinha nunca foi a favor do Ministério da Defesa, mas a Aeronáutica também nunca o foi.

A criação do Ministério da Defesa foi a principal questão política com que o sr. lidou durante sua gestão?

Foi. Porque isso esteve mais ou menos amortecido no governo, durante dois anos e meio. Em meados de 1997, por um caminho estranho, veio à tona. Eu digo caminho estranho porque começaram a me malhar, a dizer que a Marinha é que emperrava o assunto. Mas, no final desse ano, o governo resolveu levar aquilo adiante. Houve antes várias ocasiões em que nós, os ministros militares, tocamos nesse assunto. Ninguém estava interessado em tocar isso para frente. O único ministério que apresentou um estudo concreto para ser debatido foi o da Marinha. Propunha que ficassem quatro ministérios, como uma solução imediata, porque era a única que independia de qualquer reforma constitucional. Era uma forma de começar, sem destruir o que existia.

A nossa proposta indicava que o Ministério da Defesa teria que cuidar da parte política da defesa, mas não entrar na administração das forças, por várias razões. A primeira é que são coisas muito especializadas. A segunda é o gigantismo. Instituições muito grandes são mais difíceis de administrar e acabam fazendo gastos extraordinários, inaceitáveis para nós, brasileiros. E a terceira é que nós temos uma tradição forte e não convém mudar a cultura a fórceps.

Nessa questão do Ministério da Defesa, o que ficou claro é que os ministros militares não eram uma entidade homogênea. Como eram as diferenças e como foram, ou não, resolvidas?

Elas só começaram a ser resolvidas quando tive uma conversa com o presidente em fins de 1997. Eu disse: “Presidente, o sr. só conseguirá fazer um Ministério da Defesa se colocar civis para discutir junto com os militares”. E disse isso com duplo propósito. O primeiro é que, se havia uma decisão — e eu honestamente queria que a decisão fosse bem aplicada —, tinha-se que trabalhar. O segundo é que, se a decisão não resultas-

se de um estudo bem-feito, acabariamos tendo uma solução esdrúxula, desastrosa.

O Emfa não estava fazendo um projeto?

O Emfa começou a levantar o que existia mundo afora — perdendo tempo porque a Marinha já tinha feito isso há décadas. E o general Leonel criou para tal uma assessoria própria, independente da estrutura do Emfa. Era um grupo de oficiais do Exército, a maioria da reserva.

Certa ocasião, por proposta do brigadeiro Lôbo, formamos um grupo para estudar a fundo as vantagens e desvantagens da criação do ministério. Usei essa expressão: vamos tentar maximizar o que tem de bom e minimizar o que tem de ruim. Esse grupo se reuniu no Emfa, mas, ao invés de trabalhar nesse sentido, começou a trabalhar na estruturação do ministério. Basicamente, partiram da idéia da Marinha, fazendo adaptações. Um belo dia, o Emfa nos mandou o que seria o resultado daquele trabalho. Eu, então, protestei: havia vários enxertos que não tinham sido discutidos; várias coisas que eram só opiniões do Exército, ou seja, desse grupo que estava lá dentro. Por exemplo, determinaram que o Exército teria que fazer operação anfíbia. Quiseram definir as missões, as competências de cada força, criar os comandos combinados permanentes, o que, no meu entender, é um absurdo total. Só “cucaracha” tem isso. Comando combinado se faz para enfrentar uma ameaça, com exceção dos Estados Unidos, que possuem os comandos combinados para dominar o mundo.

Os três ministros não tentaram conversar entre si, para ver se chegavam a um projeto comum?

Vou dizer: tentamos. Mas, pela maneira de ser dos três, isso não caminhou. Toda vez que fui discutir um assunto, fui preparado para discutir-lo. Obviamente, querendo defender a minha opinião, mas pronto a ceder, desde que viessem argumentos sólidos. Mas, quando encontrava os outros, eles não queriam discutir. Por isso essas nossas reuniões foram desaparecendo.

Havia diferença, a respeito do Ministério da Defesa, entre as conversas com a Aeronáutica e as conversas com o Exército?

Não. O Lôbo começou a conversar muito com o Exército, já no finalzinho. O problema é o seguinte: o Lôbo foi um perdedor comigo no negócio da aviação. Por mais racional que tivesse sido, ele sempre ia olhar para mim como o camarada que ganhou dele. Então, a partir daí, a minha

conversa com o Lobo começou a ficar mais difícil. E, com isso, ele começou a se chegar um pouco mais para o lado do Zenildo. Em três, dois se fecharem em uma posição é complicado.

O sr. já comentou que ouviu do general Zenildo que a Marinha só estava olhando para fora do Brasil.

A nossa visão é de defesa. E defesa é 99% contra o inimigo externo, e não contra o interno. A visão deles é o contrário. Mas, se cada um ficar na sua posição, pura e simplesmente, não se chega a nada. E esse, aliás, não é um tema apenas militar. Tem que levar o debate para o Brasil em geral, para as elites pensantes. Não somos nós, militares, que temos que decidir.

Sem a insistência na questão interna o Exército poderia, por exemplo, ter a metade do tamanho, não?

Sem dúvida. No meu entender, o Brasil caminha errado. E acho que o Ministério da Defesa pode ajudar a corrigir isso. Por que no orçamento o Exército tem que ter uma parte, a Marinha meia parte e a Aeronáutica meia parte? Por que o número de generais do Exército é o dobro dos da Marinha e da Aeronáutica? Nunca ninguém discutiu isso!

Antes da criação do Ministério da Defesa, o Emfa foi transformado em ministério.

Numa determinada época, resolveram dar ao chefe do Emfa o *status* de ministro. E, no governo Fernando Henrique, transformaram o Emfa em ministério, o que, no meu entender, é esdrúxulo — eu disse isso ao presidente — e trazia uma dificuldade enorme. O pouco que o Emfa fazia, antes, deixou de fazer. Quando o chefe do Emfa presidia a reunião do Conselho de Chefes de Estados-Maiores, muitas coisas se faziam bem em conjunto. Quando passou a ser ministro e não falava mais como o chefe de Estado-Maior, começou a ficar complicado. Creio que o presidente pensou que ali estaria o embrião do Ministério da Defesa, mas não deu certo.

Por que o sr. acha que o presidente Fernando Henrique esperou tanto para deslançar essa discussão?

Acho que não era tão importante. Voltou à tona quando os assessores dele, ao passarem para a reeleição e ao checarem as promessas do presidente, viram que o Ministério da Defesa não andou. A partir daí, passou a ser prioridade. E na segunda metade de 1997, o tema começou a aparecer. Foi nessa ocasião que eu lhe disse que deveria colocar civis nessa

discussão. Ele concordou e pediu uma sugestão de quem colocaria. Sugeri a SAE e, logicamente, a Casa Civil. Mas era uma reunião difícil porque o Sardenberg tem uma certa maneira de pensar o assunto. O Ministério das Relações Exteriores tem, também, mas não se dedica demais a tratar dessa matéria. O Ministério do Exército, o Emfa e a Casa Militar reúnem três generais, mais a Marinha e a Aeronáutica: era uma discussão pesada, difícil. Muitas vezes os desempates se deram pelos civis. E foi quando conseguimos encaminhar uma solução diferente daquela clássica, que era fazer igual ao Emfa ou a qualquer outro país, ainda que hipotético, haja vista aquelas leituras malfeitas do que acontecia mundo afora.

Foram muitas reuniões?

Foram muitas, mas nunca mais de duas por mês. Aconteceram de outubro ou novembro de 1997 a outubro de 1998. O clima nunca foi fácil, por causa das divergências de opiniões. O Zenildo, por exemplo, queria liquidar o assunto de qualquer maneira porque achava enjoado ter que ir a tanta reunião. Eu achava que o assunto devia ser debatido profundamente porque, nós, militares, deveríamos chegar a um consenso. Então, a metodologia foi aquela proposta pela Marinha: análise do problema em todos os detalhes. Eu acho que isso foi extremamente positivo. Mas chegou a um ponto em que o Emfa insistia em fazer a estrutura igual à sua, e o Exército queria fazer uma estrutura em que houvesse um chefe do Estado-Maior, praticamente com todos os poderes, o que tornava inócuo ter o Ministério da Defesa. No meu entender, isso era desastroso porque iríamos, simplesmente, ter o Ministério das Forças Armadas. O Exército não queria, exatamente, a proposta do Emfa, mas queria algo em que houvesse um chefe do Estado-Maior forte, um Estado-Maior clássico. Também não tem nexos no Ministério de Defesa, porque os Estados-Maiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica têm uma estrutura que não serve para um ministério. E há um certo exagero: o Exército exagera um pouco demais na concentração de poder no Estado-Maior. As coisas na Marinha andam um pouco mais rápido por causa disso. Os civis e a Casa Militar também nos apoiaram.

Chegou a haver votação?

Uma vez, o Zenildo sugeriu uma votação, e o Clóvis disse: “Não tem cabimento, porque, afinal de contas, quem decide é o presidente”. Mas insisti, fez-se uma votação, e o resultado foi quatro a três — Emfa, Exército e Aeronáutica de um lado e nós do outro com a Casa Militar, a SAE e o Itamarati. No meu entender, para dar pureza ao Ministério da Defesa, o

Estado-Maior deveria ser exclusivamente operacional. Mas o argumento do Leonel e dos generais, seus assessores no Emfa, era que esse Estado-Maior não ia ter o que fazer porque somos um país pacífico. Eu disse: “Então, acaba com as Forças Armadas, ora! Temos que treinar na paz a situação de guerra. E esse Estado-Maior tem que viver permanentemente trabalhando nisso”.

Depois de esse modelo estar definido, não houve mais nenhuma conversa conjunta dos ministros sobre a implantação do Ministério da Defesa?

Não. Aí é que houve, para mim, um certo mal-estar. Eu dizia que deveríamos estabelecer um cronograma de implantação. Não se implanta um ministério da noite para o dia. Mas o Clóvis Carvalho dizia: “Não; vamos implantar no dia 1º de janeiro de 1999, de qualquer maneira, não há mais reunião”. A imprensa então começou a divulgar um imbróglio, notícia palaciana, dizendo que eu era contra, que eu não queria largar o Ministério da Marinha.

O general Zenildo saiu uma semana antes de terminar o primeiro mandato do presidente, não foi?

O Zenildo saiu porque não estava mais interessado. No meu caso, fiquei esperando o presidente dizer o que deveria fazer. Pedi ao presidente, várias vezes, mas ele não me disse nada até a última hora.

Então, a impressão de que a saída dos ministros militares foi uma atitude conjunta para demonstrar o desagrado com o Ministério da Defesa não tem fundamento?

Isso é a imprensa. Não tem fundamento. Eu me propunha, se o presidente quisesse, continuar, dando todo apoio ao ministro da Defesa. Por que ser contra?

Também se especulou muito sobre quem seria o ministro da Defesa. Terminou sendo Élcio Álvares, mas também se falou em ACM e Marco Maciel.

Para início de conversa, eu sempre fui defensor de que deveria ser um civil, enquanto o Exército e a Aeronáutica preferiam um militar. Acho essencial a participação da classe política no problema de defesa. Depois, a principal atuação do Ministério da Defesa, em relação à política de defesa, não é assunto exclusivamente militar. E mais, quem estiver lá, tem que estar mais ou menos equidistante das três forças. Se tiver o viés de

uma delas, com essa diferença de pensamento que temos acerca do que é o fundamental, logicamente vai estar puxando a brasa para sua sardinha.

Achava que tinha que ser um político sensato, não impetuoso, e por isso acho que o ACM não ia dar certo. O ACM é uma capacidade, um líder, tem uma série de coisas respeitáveis, mas é autoritário. O Marco Maciel seria aceitável, porque é uma pessoa extraordinária. Todos aceitariam com a maior tranqüilidade.

A escolha de Élcio Álvares, que não era um nome nacionalmente tão conhecido e que havia perdido uma eleição, não bateu para os militares como um baixo prestígio político?

No meu entender, não. O presidente já disse isso, e eu posso repetir: quem sugeriu o nome do Élcio Álvares ao presidente fui eu. Conheci o Élcio Álvares na minha função de ministro, quando ele era líder do governo no Senado. Assisti à sua participação, sempre muito positiva, nas reuniões ministeriais. Não era um maria-vai-com-as-outras, apresentava os problemas, era um bom articulador político. Conversei com os almirantes, que acharam boa a indicação, e sugeri esse nome ao presidente quando ele me consultou.

O sr. falou que, se o presidente tivesse pedido, o sr. continuaria como comandante da força, mesmo deixando de ser ministro.

E vou dizer por quê. Primeiro, porque comecei um trabalho dentro da Marinha que considero importantíssimo e que estava inconcluso. Se pudesse ver aquilo concluído, ia achar ótimo. E segundo, gostaria de ver a implantação do Ministério da Defesa. Dediquei-me de corpo e alma a isso. Por que eu haveria de não querer continuar ajudando a implantá-lo? Achava, inclusive, que era uma forma de mostrar que não estávamos contra.

Numa certa ocasião, até pensei: não tem cabimento, depois de ser ministro, deixar de ser. Mas, passado um pouco, refleti: qual a importância de ser ministro? Eu não tenho a vaidade da posição. Tanto que saí do ministério e no dia seguinte estava carregando compras na rua, com a maior facilidade. Cheguei a essa conclusão e vi que poderia cooperar. Mas eu nunca poderia dizer: “Quero continuar”.

A Marinha foi a última a fazer a escolha do ministro-chefe da força. O que a imprensa noticiou é que o sr. teria indicado uma pessoa que não era da preferência do almirantado.

Não houve isso. Para início de conversa, eu nunca indiquei ninguém e disse que nunca indicaria ninguém. Também não houve reunião do

almirantado para isso. O presidente não precisava me explicar os motivos de sua escolha. Só que ele nunca disse quem era o escolhido. No tal almoço, no dia 29, ele discutiu como ia ser a substituição no Exército, na Aeronáutica, e não falou sobre a da Marinha. Pensei que tivesse resolvido que o da Marinha continuaria. Fiquei esperando a indicação. Até que, no dia 30, mandaram perguntar qual era o nome do meu substituto. Eu disse: “Não sei, pergunta ao presidente”. Liguei para o Élcio: “Élcio, estão cobrando o nome do meu substituto”. “Quem você indica?” “Não indico, não é praxe da Marinha indicar.” Se tivessem conversado comigo, com antecipação, eu poderia ter discutido a personalidade dos almirantes possíveis de serem escolhidos. Mas, chega assim, de última hora, e me pergunta quem é. Sei lá quem é! O presidente deveria ter pensado nisso há mais tempo.

O Cardoso então convidou o almirante Lacerda, que disse que não podia aceitar, porque achava que aquele processo estava errado. O Lacerda era o secretário-geral da Marinha. Na ordem hierárquica, seria o terceiro. O primeiro era o Chagasteles, e o segundo era o Dumont, comandante de Operações Navais — agora [1999] chefe do Estado-Maior da Armada. Depois o Élcio me ligou e disse que o escolhido era o Chagasteles. Tudo bem. Mandei servir um uísque, chamei o Chagasteles e brindamos ao novo ministro.